CIBERCRIME: DESAFIOS E AVANÇOS NO BRASIL

Joelson dos Santos Martins

Josuel Belo dos Santos

Rogério Turella

PPG-FRONTTEIRAS E DIREITOS HUMANOS/CAPES – Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD);

PPG-FRONTTEIRAS E DIREITOS HUMANOS/UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD);

Contato: joelsonpereiradaconceicao@gmail.com

Contato: josuelbelo@hotmail.com

Contato: TURELLA@UEMS.BR

Na contemporaneidade os casos de cibercrime no Brasil aumentaram consideravelmente. Fato social que se explica devido a aquisição de aparelhos tecnológicos por parte majorante da população e democratização da internet no Estado nacional. No ano de 2017, o país situava-se na sétima colocação no ranking dos Estados que sofreram ataques virtuais no globo. Em 2019, o Brasil subiu de posição, se deslocando para o terceiro lugar no ranking mundial. Com a pandemia do Covid-19, esse número eclodiu em todo o mundo, e o Estado Brasileiro apresenta uma curva ascendente dos registros de cibercriminalidade em todo os estados do território nacional. Nesse sentido, a presente pesquisa objetiva-se em promover a dialética sobre o fenômeno criminal emergente na sociedade brasileira. A metodologia empregada para o desenvolvimento do trabalho, ocorreu por intermédio de pesquisa bibliográfica conjugada a análise de legislação doméstica, com abordagem hipotético-dedutiva. Denomina-se ciber Crimes as infrações penais executadas por meio cibernéticos, ou seja, toda espécie de ações que envolvam práticas ilícitas mediante emprego de aparelhos eletrônicos como,

notebooks, tablets, computadores, celulares entre outros meios e, que podem se utilizar ou não da rede internacional de informação para desenvolvimento e consumação da conduta criminosa. Observa-se que o cibercrime está intimamente correlacionado a criminalidade violadora de direitos fundamentais. Consta-se que o Brasil está intrinsecamente conectado ao novo contexto de crimes praticados nos dias atuais, que envolvem utilização de tecnologias informacionais e/ou internet. Resulta-se no enfrentamento desse processo criminológico nos dias hodiernos novas leis estatais nº 12.737/12, 12.956/14, 13.441/17, 13.709/2018, 14.132/21 e 14.155/21 que visam disciplinar a utilização das redes com direitos e obrigações, proteção, segurança e endurecimento das penas para confronto dessa fenomenologia coetânea de crimes ascendentes no país. Nota-se, porém, a inexistência ou insuficiência de delegacias especializadas para o enfrentamento dessas condutas delitivas no território nacional brasileiro. Ressalta-se, também, que o cibercrime apresenta configurações singulares em contraste a outros tipos de crime, sendo o agente e/ou grupos organizados que cometem tal conduta delitiva, não raro, profundos conhecedores de informática e aparelhos tecnológicos. Assim, se faz necessário uma educação digital nas escolas em conjunto com palestras públicas promovidas pelos órgãos de segurança para maior capacidade e domínio sobre o uso de tecnologias digitais, bem como a navegação segura nas redes.

Agradecimentos: À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão de bolsa de mestrado ao segundo autor e ao Programa de Mestrado em Fronteiras e Direitos Humanos da Faculdade de Direito e Relações Internacionais da Universidade Federal da Grande Dourados.